

Comissão constata situação de risco dos moradores do entorno do Anel Rodoviário

Assunto:

VISITA TÉCNICA



Comissão constata situação de risco dos moradores do entorno do Anel Rodoviário

Esgoto a céu aberto, instalações elétricas improvisadas, casas construídas em barrancos, carência financeira e o perigo maior: o tráfego intenso de veículos em alta velocidade. Essa foi a realidade constatada pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, dia 1º de março, em visita técnica às comunidades que vivem às margens do Anel Rodoviário de BH e deverão ser removidas em função das obras de revitalização da via.

Na região noroeste da capital, nas proximidades do bairro Nazaré, a Vila da Luz, uma das oito comunidades do entorno da rodovia, impressionou os vereadores Maria Lúcia Scarpelli (PCdoB), Neusinha Santos (PT), Silvia Helena (PPS) e Adriano Ventura (PT).

“Vi uma cena chocante: uma família que disputa espaço a tapas com ratos”, comentou Neusinha. Segundo a vereadora, ao longo de todo o Anel cerca de três mil famílias vivem em “condições desumanas” de moradia e acessibilidade e em risco permanente. Depois de ouvir o drama dos moradores em audiência pública na semana passada, Silvia Helena disse que a visita tem o objetivo de “conhecer de perto a aflição e o desconforto das famílias”.

As marcas de pneus no asfalto foram observadas por Maria Lúcia Scarpelli. “As carretas passam muito próximas da Vila. Tentei parar os carros para atravessar e eles aceleraram”, afirmou. A parlamentar ainda notou que comércio, escolas e igreja ficam do lado contrário da rodovia, o que obriga os moradores a atravessar. “A saída dessas pessoas daqui é emergencial. A preocupação das autoridades não deve ser só com quem trafega, mas com quem vive às margens da rodovia e acaba ficando invisível para quem circula”, destacou Adriano Ventura.

Dura realidade

Os moradores da Vila da Luz testemunharam a dificuldade de atravessar a rodovia e a grande quantidade de atropelamentos, muitos com vítimas fatais. O aposentado José Damasceno já viu muitas mortes e gostaria de morar em lugar ?mais seguro e tranqüilo?. A ex-faxineira Rosana Pereira de Assis foi atropelada em frente de casa há um ano, quando voltava do trabalho. Depois de ficar paraplégica e sofrer um derrame, está vivendo de doações.

A dona-de-casa Cristiane Pereira tem medo de atravessar o Anel para levar seus três filhos à escola. Ela ainda sofre com o córrego que passa atrás da sua casa. ?Quando chove alaga tudo e enche de ratos, o que pode trazer doenças para minhas crianças?, contou. Revoltada, a moradora Railda Miranda da Silva espera que a Prefeitura reassente as famílias em uma área onde não corra riscos. ?Somos discriminados por morarmos aqui. Queremos um endereço e, com



isso, dignidade?, reclamou.

Plano emergencial

Todos os moradores garantiram que ainda não foram procurados pela PBH para receber informações sobre a remoção e o reassentamento. A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor se comprometeu a cobrar maior atenção da PBH às famílias e um plano emergencial de remoção dos moradores do entorno do Anel, independentemente das obras a serem realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), com previsão de início em setembro.

[Assista a reportagem da TV Câmara](#)

O diretor de operações da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), Aluísio Rocha Moreira, acompanhou a visita e explicou que a elaboração do plano de remoção e reassentamento das famílias depende da apresentação do projeto executivo pelo DNIT. Segundo ele, nos próximos dias a PBH deve assinar com o órgão federal um termo de compromisso para orientar o cadastramento dos imóveis a serem desocupados. Toda a área alvo de intervenções será mapeada, permitindo a identificação das famílias que deverão deixar as moradias, para posterior indenização ou reassentamento em outras unidades habitacionais.

Superintendência de Comunicação Institucional
